



Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas

**Edição Especial
Bancos Públicos**

Se é público, é para todos

Campanha nacional em defesa de empresas e serviços públicos é lançada no Rio de Janeiro com a presença de sindicalistas, intelectuais e do ex-presidente Lula. Iniciativa é do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, criado na luta contra o PLS 555 (na Câmara PL 4918, aprovado com avanços em 15 de junho passado) e cujas entidades participantes representam milhares de trabalhadores brasileiros



Defender os bancos públicos é defender o Brasil



“Se é público, é para todos”: campanha



Mais de duas mil pessoas passaram pelo evento; participação envolveu dezenas de entidades, representando milhares de trabalhadores



Depois do slogan “Se é público, é para todos”, frase mais ouvida nas pausas dos discursos foi: “Fora, Temer!”



Rodas de conversa tiveram palestras de Emir Sader (cientista político), Jandira Feghali (deputada federal), Ricardo Lodi (advogado) e Marcia Tiburi (filósofa), além do geólogo e ex-diretor da Petrobras Guilherme Estrella

Iniciativa é do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; lançamento aconteceu no último

O último 6 de junho marcou o lançamento da campanha “Se é público, é para todos”, na Fundação Progresso, Rio de Janeiro. A campanha é uma iniciativa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, que reúne entidades representantes de milhares de trabalhadores no País e é coordenado pela bancária Maria Rita Serrano, conselheira suplente dos empregados no CA e dirigente sindical dos Bancários do ABC e Contraf-CUT.

Marcada por palestras, debates e ato político com a presença do ex-presidente Lula, a campanha oficializa

uma luta em defesa do bem público - empresas, serviços, espaços - que vem de longa data no movimento sindical bancário e hoje ganha força nacionalmente na integração com outras categorias e no enfrentamento ao governo golpista (e privatista) de Michel Temer. Mais de duas mil pessoas participaram do evento, encerrado por show do grupo de samba Casuarina.

“Desse ato no Rio saímos mais fortes para resistir ao golpe, porque onde tem empresa pública em desenvolvimento”, afirmou Rita Serrano, lembrando a luta contra o Projeto de Lei do Senado 555 (Estatuto

Para debatedores, valorizar o público é fortalecer desenvolvimento

Bancos públicos, pré-sal, comunicações, desigualdade social e direitos humanos pontuaram

Duas rodas de debate com questões abertas aos participantes foram realizadas no lançamento da campanha “Se é público, é para todos”, cujo lançamento contou com a presença de representantes do comitê nacional, Fena, FUP, Contraf-CUT e as centrais sindicais CUT, CTB e Intersindical. A cada pausa, a mais forte palavra de ordem depois do próprio mote da campanha era “Fora, Temer!”, como vem se repetindo em atos por todo o Brasil.

Especialistas, intelectuais e dirigentes dos movimentos sindical e social denunciaram o governo golpista como um grande incentivador de privatizações, sucateando o que é da sociedade para atender a interesses de grupos financeiros nacionais e estrangeiros.

O geólogo e ex-diretor da Petrobras, Guilherme Estrella, apresentou dados sobre a origem e

desenvolvimento da empresa e destacou a importância do pré-sal. “As empresas estatais são a ferramenta do povo brasileiro para construir a soberania nacional. Se não dermos um basta (no governo golpista) serão vendidas a estrangeiros”, alertou.

O advogado tributarista Ricardo Lodi abordou o golpe contra a presidenta da República afastada Dilma Rousseff, apontando que “todos os analistas sobre desigualdade social destacam os governos Lula e Dilma como grande exemplo a ser seguido”, e que nesse momento a sociedade tem dois caminhos: lamentar ou se levantar contra um governo que pretende excluir trabalhadores, negros, mulheres e grupos LGBT, entre outros.

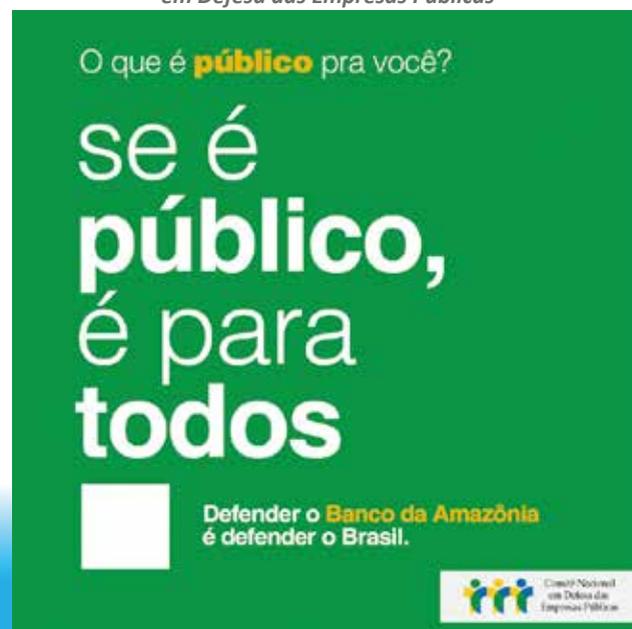
O cientista político Emir Sader, por sua vez, ressaltou a importância dos bancos públicos, igualmente na mira dos golpistas. “Temer quer fechar 400 agências da

“Desse ato no Rio saímos mais fortes para resistir ao golpe, porque onde tem empresa pública tem desenvolvimento”

Maria Rita Serrano, coordenadora do Comitê nacional em Defesa das Empresas Públicas

“Todo mundo sabe a importância do saneamento básico, Minha Casa, Minha Vida, banco em ativos, mostrando que com crédito, porque isso

Luiz Inácio Lula da Silva
ex-presidente



a nacional é lançada no Rio de Janeiro

Primeiro dia 6 de junho e contou com a participação de sindicalistas, intelectuais e do ex-presidente Lula

das Estatais, que se tornou o PL 4918 na Câmara), que deu origem ao comitê que coordena e que agora se expande a demais setores públicos. Esse projeto de lei, que determinava o fim das empresas públicas, e os que alteram as regras do pré-sal (PL 4567) e a dos fundos de pensão (PLP 268) estiveram em debate durante o encontro no Rio, assim como ameaças em várias outras áreas, da energia elétrica à cultura, passando por educação, saúde e muitas mais que fazem parte do pacote de desmonte do governo golpista. O Estatuto das Estatais foi aprovado na Câmara no último 15 de junho,

com a conquista de avanços no texto (leia mais na pg.4)

A grande repercussão com o lançamento da campanha, nas impressas comercial, alternativa e sindical, incomodou os privatistas, já que nesse mesmo dia Temer suspendeu nomeações nas estatais e, em seguida, pediu regime de urgência na votação dos projetos na Câmara dos Deputados. “A força desse ato no Rio acelerou ainda mais esse ataque. Os golpistas querem impedir que possamos nos mobilizar, mas já mostramos que não vão conseguir”, avaliou a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

envolvimento e cidadania

com palestras de especialistas e intelectuais

Caixa. Alguém aqui acredita que o Bradesco ou o Itaú vão financiar moradia para pobres?”, questionou.

Cidadania – Como não podia deixar de ser, a questão da cidadania ganhou relevância. Na abordagem ao significado do termo ‘público’, a filósofa Márcia Tiburi afirmou que o novo governo e sua equipe o desprezam - remetendo, por exemplo, à participação feminina. “Se nós, mulheres, não estamos presentes com nossos corpos e ideias nos espaços de poder, então esse espaço não é ‘público’ e nos silencia”, avaliou.

Outra mulher presente, a deputada federal Jandira Feghalli, adicionou ao debate a questão dos meios de comunicação no Brasil, hoje dominados por não mais do que seis famílias. “É uma dívida da esquerda não ter enfrentado ainda esse monopólio, porque a comunicação é irmã gêmea da educação e da cultura como instrumento transformador”, comparou.

da Caixa para financiar a habitação,
sua Vida. E hoje a Caixa é o segundo
e só dar uma chance aos pobres,
o é acreditar no futuro”.

Lula da Silva,
ex-presidente da República

Lideranças sindicais destacam mobilização para defender o Brasil

Lideranças sindicais de todo o País participaram do lançamento da campanha “Se é público, é para todos”. Para Jair Ferreira, presidente da Fenae, sem serviços públicos a desigualdade social avança, e é preciso impedir que isso ocorra. Já José Maria Rangel, presidente da FUP, lembrou da importância do pré-sal para o País. “A Petrobras é do povo brasileiro. É preciso ter em mente que, se o que é público é para todos, o que é privado é para poucos”, comparou.

Roberto van der Osten, presidente da Contraf-CUT, destacou a resistência dos trabalhadores e a importância da construção de uma agenda comum entre os diversos ramos para oposição ao governo Temer, enquanto Vagner Freitas, presidente da CUT nacional, citou direitos trabalhistas sob risco no governo golpista e a possibilidade de realização de uma greve geral no País.

Edson Carneiro, da Intersindical, e Emanuel Souza, da CTB, também fizeram críticas ao governo golpista e destacaram a necessidade de valorização das empresas públicas.

“(…) Alguém aqui acredita
que o Bradesco
ou o Itaú vão financiar
moradia para pobres?”

Emir Sader,
cientista político



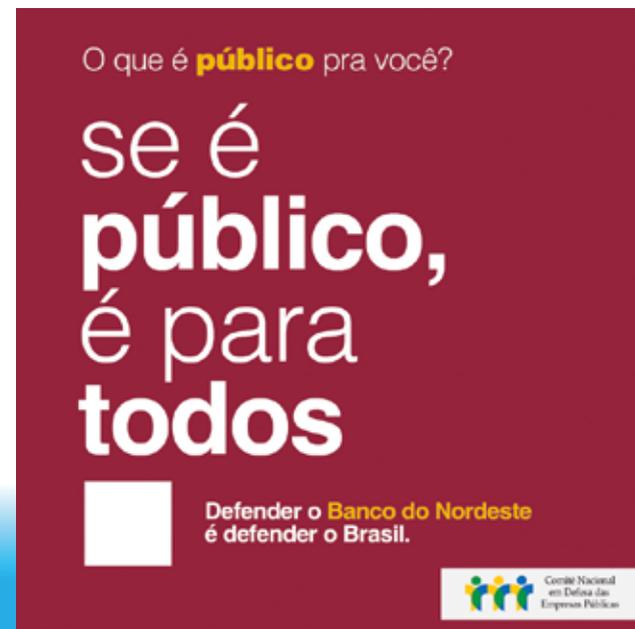
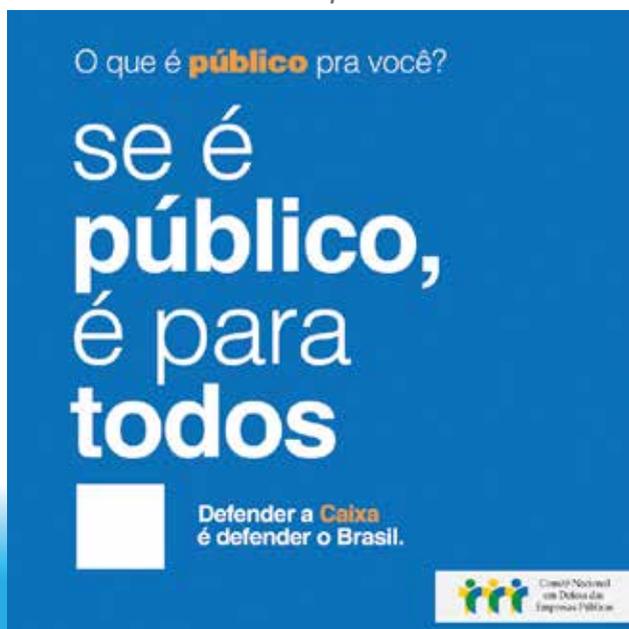
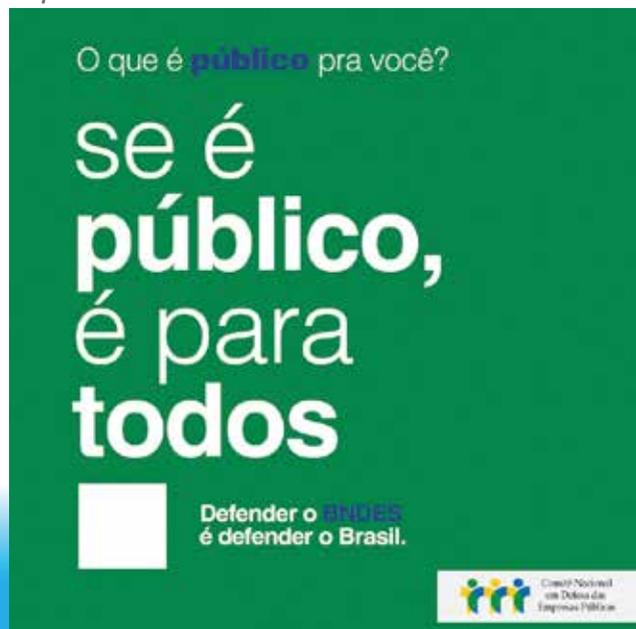
A coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, apresenta uma das artes da campanha, que se estende a serviços como educação, saúde, comunicações, entre outros setores



Representantes de várias entidades participam do ato



Lideranças em defesa das empresas públicas e da democracia





Conquista: cai risco de privatizações previsto pelo Estatuto das Estatais

Após forte mobilização, alterações obtidas no Senado e, mais recentemente, na votação na Câmara, mudaram essência privatista do projeto

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no início da madrugada de 15 de junho passado o PL 4918, chamado de Estatuto das Estatais ou Lei de Responsabilidade das Estatais. O projeto é oriundo do PLS 555, tem DNA tucano e motivou uma grande mobilização do movimento sindical, social e associativo, dando origem à criação do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Como teve seu texto modificado, volta agora para nova análise no Senado, mas, na avaliação das entidades que participam dessa luta, sua essência privatista foi derrubada.

“Mais uma vez tiramos leite de pedra. Assim como ocorreu na votação do Senado, procuramos o apoio dos parlamentares e construímos emendas para tornar o projeto menos nocivo aos trabalhadores e à sociedade brasileira. Não houve retrocessos no que já havia sido obtido e avançamos mais, excluindo do projeto o caráter privatista, o que é uma grande conquista”, avalia a coordenadora do comitê nacional, Maria Rita Serrano, que aponta como fator fundamental para esses avanços a grande união de entidades distintas, como centrais sindicais e sindicatos de várias categorias.

Esse empenho de entidades e trabalhadores também é apontado pelo presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira. “Apesar do curto espaço de tempo promovemos grandes debates. Para nós, da Caixa, é uma vitória que não tenha que se tornar sociedade anônima e, para as estatais, de um modo geral, foram reduzidos os impactos negativos do projeto. Tudo isso é fruto dessa grande mobilização”, afirma. Nas ações na Câmara participaram representantes de diversas entidades, como Fenae, Anapar, CUT, Contraf-CUT, UGT, sindicatos dos bancários de Belo Horizonte e ABC, entre outras.

Os avanços obtidos na Câmara referendam alguns já obtidos no Senado, como a retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas, fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais e a determinação de que o Estatuto das Estatais só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor

porte). Também foi ampliado de 10 para 20 anos o prazo para que sejam colocadas à venda 25% das ações das empresas de sociedade mista.

No caso das restrições para participação nos conselhos das empresas, a determinação de que no mínimo 25% dos membros do conselho de administração das estatais sejam independentes foi reduzida para 20% e, dentro desses 20% devem estar os representantes dos trabalhadores e acionistas.

Cargos nos conselhos - Entre os pontos negativos do PL 4918, na avaliação das entidades, está a inclusão pela Câmara da possibilidade de profissionais liberais ocuparem cargos nos conselhos, o que abre margem para a entrada de profissionais do mercado. Já a conquista de que os representantes sindicais ou de partidos poderão ser nomeados se deixarem as funções antes que isso ocorra, não sendo mais necessário o período de três anos de afastamento, também pode criar problemas para a representatividade se o conselheiro eleito pelos trabalhadores para o conselho for do movimento sindical.

O Senado pode aprovar o texto da Câmara na íntegra ou parcialmente, ou ainda retomar o texto original que havia enviado, mas nada deverá ser adicionado. Outros projetos que ameaçam as empresas públicas prosseguem em apreciação no Congresso Nacional, exigindo novas mobilizações. Mais informações sobre o assunto acesse <http://www.diganaoaopl4918.com.br> e <https://www.facebook.com/diganaoaopl4918/>

PL 4918: avanços na Câmara (novos avanços e que referendam os já obtidos no Senado)

- ▷ Retirada da obrigatoriedade de as empresas se tornarem sociedades anônimas
- ▷ Fim da exigência de as empresas não terem mais ações preferenciais
- ▷ Representantes sindicais ou de partidos poderão ser nomeados se deixarem as funções antes que isso ocorra, não sendo mais necessário o período de três anos de afastamento (*)



Representantes da Fenae, Bancários do ABC, UGT e do Comitê Nacional negociam com o relator do PL 4918, Arthur Maia (PPS-BA ao centro) na Câmara

▷ Estatuto das Estatais só será obrigatório para empresas que tenham mais de R\$ 90 milhões de receita operacional bruta (o que deixa de fora a maioria das estatais, com menor porte)

▷ Ampliado de 10 para 20 anos o prazo para que sejam colocadas à venda 25% das ações das empresas de sociedade mista

▷ Redução de 25% para 20% dos membros do conselho de administração independentes e, dentro desses 20%, devem estar os representantes dos trabalhadores e acionistas

(*) Apesar de positivo, item pode criar problemas para a representatividade se o conselheiro eleito pelos trabalhadores para o conselho for do movimento sindical.

EXPEDIENTE

Jornal produzido pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. O comitê tem caráter organizativo e sua coordenação executiva é composta pelas centrais sindicais CUT, Nova Central, CSP-Conlutas, Intersindical, UGT e CTB, com apoio da Fenae, FUP e outras entidades representativas dos movimentos social e sindical.

Coordenação do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas: Maria Rita Serrano

Assessoria de Imprensa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e jornalista responsável por esta edição: Maria Angélica Ferrasoli (MTb.: 17.299)

Editoração eletrônica: Irivaldo Tadeu Cristofali

Logo do Comitê: Lisarb Sena de Mello

Artes da Campanha: Influenza Produções

Contatos: impresacom@r7.com

Entidades patrocinadoras do evento no Rio

Fenae	Sindicato dos Bancários do ABC	Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro	Fetrafi- Rio
FUP	Sindicato dos Bancários de SP	Sindicato dos Bancários do Espírito Santo	Sindicato dos Bancários da Baixada – RJ
Contraf-CUT	Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte	Sindicato dos Bancários de Curitiba	Sindicato dos Bancários do Sul Fluminense
CUT	Apcef-Rio		Fetec-Paraná
Intersindical			
CTB			
CNTE			